

**RECLAMAÇÃO Nº 37.329 - SP (2019/0030121-9)**

**RELATOR** : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**  
**RECLAMANTE** : MARIA INES GROMBONI BORGO  
**RECLAMANTE** : JOSE MAURICIO BORGO  
**ADVOGADOS** : VANESSA PADILHA ARONI - SP202007  
JOSÉ ALEXANDRE ZAPATERO E OUTRO(S) - SP152900  
RICARDO CAMPANA CONTADOR - SP210964  
**RECLAMADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**INTERES.** : BANCO BRADESCO S/A  
**ADVOGADO** : BRUNO HENRIQUE GONÇALVES - SP131351  
**INTERES.** : LUCAS GARCIA SERRA

**DECISÃO**

MARIA INÊS GROMBONI BORGO E JOSÉ MAURÍCIO BORGO (MARIA E JOSÉ) ajuizaram esta reclamação, conforme consta da própria inicial, contra decisão do Desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo WALTER CESAR EXNER que, nos autos da apelação que interpuseram, *entendeu por bem em denegar a antecipação da tutela recursal, consistente na suspensão dos efeitos dos leilões extrajudiciais, permitindo, consequentemente, que os Reclamantes sejam desalojados do imóvel, antes mesmo do julgamento do recurso de apelação ou, se necessário, da interposição do competente recurso especial* (e-STJ, fl. 8).

Sustentaram, em suma, que *a jurisprudência deste Egrégio Superior Tribunal de Justiça, sedimentada e pacificada quanto ao tema, encontra-se sendo gravemente descartada pelas instâncias inferiores, violando não somente os artigos de lei federal supramencionados, bem como as decisões reiteradamente proferidas por esta Corte Superior de Justiça, o que deveriam ser seguidas a fim de promover a uniformização da jurisprudência pátria* (e-STJ, fl. 10).

Requereram, alfim, o deferimento de medida liminar para que fosse ordenada *a suspensão dos efeitos dos leilões extrajudiciais em razão da falta comprovada de intimação dos devedores fiduciários consoante determina o §2º-A ao art. 27 da Lei nº 9.514/97* (e-STJ, fl. 21).

Este, em síntese, o relatório.

**DECIDO O PEDIDO LIMINAR.**

De acordo com o art. 187 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, para preservar a competência do Tribunal ou garantir a autoridade de suas decisões, caberá reclamação da parte interessada.

Com a entrada em vigor do NCPC, o art. 988 reproduziu nos incisos I

e II o dispositivo regimental.

Acresceu, ainda, a garantia da observância de acórdão proferido em julgamento de incidente de resolução de demandas repetitivas ou de incidente de assunção de competência.

Sucedee, todavia, que do exame dos autos, ao menos por ora, não há como acolher a pretensão deduzida.

Do exame dos autos não se constata a existência de decisão desta Corte proferida em benefício de MARIA E JOSÉ cuja autoridade esteja sendo desrespeitada, de modo a autorizar o processamento da presente reclamação a fim de garanti-la.

Relativamente à usurpação da competência, o juízo reclamado agiu nos exatos limites de sua jurisdição sem nenhuma invasão à área de atuação desta Corte.

Assim, de um lado inexistente decisão proferida por esta Corte em processo no qual SILMARA figurou como parte interessada que esteja sendo descumprida, de outro, não se invadiu a competência constitucional do Superior Tribunal de Justiça.

Aliás, a propósito da negativa de concessão de efeito suspensivo pelo Tribunal local, já se decidiu aqui nesta Corte que a reclamação não pode ser utilizada como sucedâneo de recurso cabível na origem.

Nesse sentido:

*RECLAMAÇÃO CONTRA RETENÇÃO DE RECURSO ESPECIAL, CONSOANTE SISTEMÁTICA PREVISTA NO ART. 543-C DO CPC. NÃO CABIMENTO. RECLAMAÇÃO INDEFERIDA.*

*1. Não há previsão legal para o ajuizamento de reclamação contra decisão do Tribunal a quo que obsta o seguimento de recurso especial, com fundamento no art. 543-C do CPC.*

*2. Na esteira do entendimento do Supremo Tribunal Federal e desta Corte, para impugnar decisum que sobresta, supostamente de maneira equivocada, recurso especial com base no 543-C do CPC, é cabível agravo interno a ser examinado pelo Tribunal de origem.*

*3. Não é admitida a utilização de reclamação como sucedâneo recursal.*

*4. Agravo regimental não provido.*

(AgRg na Rcl 4.231/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Segunda Seção, julgado em 8/8/2012, DJe 15/8/2012 - sem destaque no original)

Nessas condições, **INDEFIRO A LIMINAR.**

Comunique-se o inteiro teor desta decisão ao Juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de Jaú/SP (Processo nº 1006490-61.2018.8.26.0302).

Solicitem-se informações ao Juízo reclamado, especialmente acerca do trânsito em julgado da decisão lá proferida.

Nos termos do art. 991 do NCPC, dê-se ciência ao beneficiário do ato impugnado para, querendo, oferecer contestação.

Com as manifestações das partes contrárias ou decorrido o prazo sem sua apresentação, dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal para a emissão de parecer.

Adverta-se, desde já, que eventual recurso contra esta decisão estará sujeito a multa (arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do NCPC).

Publique-se.

Brasília, 19 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MOURA RIBEIRO  
RELATOR